O CRISTIANISMO APOSTÓLICO E AS DITADURAS COMUNISTAS DE NOSSO TEMPO

O trabalho, a família, a liberdade, a justiça social e a verdadeira comunhão entre os seres humanos

Por Dr. Eloy Mendes Netto — Dom Ioannis de Santa Catarina
Bispo Primaz da Igreja Apostólica Ortodoxa da América

Introdução — A verdadeira comunhão não nasce da imposição, mas do amor

Ao longo da história, diferentes movimentos políticos procuraram associar suas propostas de organização social à vida das primeiras comunidades cristãs, especialmente à partilha dos bens descrita nos Atos dos Apóstolos. Entretanto, existe uma diferença fundamental entre o ideal apostólico de comunhão fraterna e os sistemas políticos que pretendem organizar a sociedade por meio da concentração do poder, da coerção e da restrição das liberdades individuais.

Jesus Cristo não fundou um partido político, não estabeleceu uma ditadura e tampouco ensinou que o Estado deveria substituir a consciência, a família e a responsabilidade pessoal. Sua mensagem foi dirigida à transformação do coração humano, à justiça, ao amor ao próximo e à dignidade de todas as pessoas.

O cristianismo apostólico não defendia o enriquecimento egoísta, mas também não condenava uma pessoa simplesmente por possuir bens adquiridos honestamente. Ensinava que a riqueza deveria ser administrada com responsabilidade, que os necessitados deveriam ser socorridos e que o trabalho constituía uma dimensão importante da existência humana.

A verdadeira comunhão cristã não consiste em colocar pobres contra ricos, trabalhadores contra empresários ou cidadãos contra o Estado. Consiste em reconhecer que todos possuem direitos, responsabilidades e uma contribuição a oferecer ao bem comum.

1. A comunidade apostólica: partilhar por amor, não por imposição

O livro dos Atos dos Apóstolos relata que os primeiros cristãos viviam unidos e repartiam seus recursos para que ninguém passasse necessidade.

“A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma.” (Atos 4,32)

Essa comunidade não se organizava por meio de um governo que confiscava propriedades. A partilha era motivada pela fé, pela consciência e pelo amor fraterno.

Quando Pedro se dirigiu a Ananias, deixou claro que seus bens estavam sob sua responsabilidade antes de serem oferecidos à comunidade (Atos 5,4). O problema moral denunciado naquele episódio não era a propriedade particular, mas a mentira.

Portanto, seria historicamente incorreto afirmar que os Apóstolos estabeleceram o comunismo político, no sentido moderno da expressão.

A comunhão apostólica tinha como fundamento a liberdade interior, a generosidade e o compromisso com os irmãos.

Os cristãos que possuíam recursos ajudavam aqueles que enfrentavam dificuldades. Os necessitados eram acolhidos, os enfermos recebiam atenção e a comunidade procurava assegurar que ninguém fosse abandonado.

Era uma fraternidade nascida do Evangelho, não uma estrutura de dominação política.

2. Jesus Cristo não condenou a riqueza, mas o apego aos bens materiais

Um dos aspectos mais importantes dos ensinamentos de Jesus é a distinção entre possuir riquezas e tornar-se escravo delas.

O Senhor jamais ensinou que uma pessoa deveria ser condenada simplesmente por possuir recursos materiais. Suas advertências voltavam-se à avareza, à exploração, à indiferença diante dos necessitados e à transformação dos bens terrenos no objetivo supremo da existência.

Três encontros narrados nos Evangelhos ajudam a compreender essa diferença: Nicodemos, o homem rico que desejava alcançar a vida eterna e Zaqueu, o cobrador de impostos.

Nicodemos: o chamado à transformação interior

Nicodemos era um fariseu, mestre em Israel e integrante de um grupo social e religioso influente.

O Evangelho de João relata que ele procurou Jesus durante a noite, interessado em compreender seus ensinamentos.

Naquela ocasião, Cristo lhe apresentou uma exigência espiritual:

“Se alguém não nascer de novo, não pode ver o Reino de Deus.” (João 3,3)

É significativo observar que Jesus não exigiu de Nicodemos que vendesse seus bens, abandonasse sua posição social ou renunciasse a tudo o que possuía.

O centro daquele encontro foi a necessidade de nascer de novo, isto é, experimentar uma transformação espiritual profunda.

O Evangelho não afirma expressamente que Nicodemos fosse rico nem que estivesse inteiramente desapegado das riquezas. Entretanto, sua posição social e sua participação no sepultamento de Jesus, quando levou uma quantidade considerável de mirra e aloés (João 19,39), sugerem que dispunha de recursos materiais.

Mais importante do que sua condição econômica foi sua disposição de aproximar-se de Cristo e, posteriormente, demonstrar respeito e dedicação ao Senhor.

A mensagem espiritual é clara: **não é necessariamente a posição econômica ou social que precisa desaparecer, mas o coração humano que precisa ser transformado.**

O novo nascimento não representa a destruição da vida material, mas sua orientação pelos valores do Reino de Deus.

O homem rico: quando a riqueza domina o coração

Outra situação encontramos em Mateus 19,16-22, Marcos 10,17-22 e Lucas 18,18-23.

Um homem de muitas posses aproximou-se de Jesus e perguntou o que deveria fazer para alcançar a vida eterna.

O Senhor recordou-lhe os mandamentos. O homem respondeu que os observava desde a juventude.

Então Jesus lhe apresentou um desafio particular: vender seus bens, distribuí-los aos pobres e segui-lo.

O Evangelho relata que aquele homem se retirou entristecido, porque possuía muitas propriedades.

Aqui encontramos uma situação diferente daquela vivida por Nicodemos.

O problema do homem rico não era simplesmente possuir bens materiais. Sua reação revelou que não estava preparado para renunciar às riquezas diante daquele chamado de Cristo.

São Marcos acrescenta uma observação profundamente significativa: antes de apresentar-lhe aquela exigência, Jesus olhou para ele com amor.

Portanto, Cristo não estava manifestando ódio contra os ricos. Estava oferecendo àquele homem um caminho de liberdade espiritual que exigia uma renúncia que ele não conseguiu assumir.

A passagem também nos recorda que Jesus fez advertências severas sobre a dificuldade que as riquezas podem representar para a entrada no Reino de Deus.

Não devemos suavizar esse ensinamento. A riqueza, quando se transforma em segurança absoluta, orgulho, egoísmo ou indiferença, pode afastar a pessoa de Deus e dos irmãos.

Entretanto, a exigência específica feita àquele homem não pode ser automaticamente transformada em condenação universal de toda propriedade particular.

Zaqueu: a riqueza colocada a serviço da justiça e da caridade

Um terceiro exemplo encontramos no Evangelho de Lucas 19,1-10.

Zaqueu era chefe dos cobradores de impostos e possuía muitas riquezas.

Quando Jesus entrou em Jericó, Zaqueu desejou vê-lo. Como era de pequena estatura, subiu em uma árvore para conseguir enxergar o Senhor.

Jesus chamou-o e manifestou o desejo de permanecer em sua casa.

Aquele encontro provocou uma transformação profunda.

Zaqueu declarou que daria metade de seus bens aos pobres e que restituiria quatro vezes mais àqueles que tivesse prejudicado injustamente.

Diferentemente do homem rico que se afastou entristecido, Zaqueu respondeu ao encontro com Cristo mediante atitudes concretas de generosidade e reparação.

Ele não declarou que abandonaria necessariamente toda a sua riqueza. Comprometeu-se a reparar os danos causados e compartilhar uma parte significativa de seus recursos com os necessitados.

Jesus anunciou que a salvação havia chegado àquela casa.

Esse episódio demonstra que a conversão cristã deve transformar a maneira como os bens são adquiridos, administrados e utilizados.

O dinheiro pode tornar-se instrumento de injustiça quando é colocado acima da consciência, mas também pode servir à caridade, ao trabalho, à família e ao progresso da comunidade.

A verdadeira riqueza está na liberdade do coração

Os encontros com Nicodemos, o homem rico e Zaqueu não constituem três regras econômicas diferentes. Revelam a mesma exigência espiritual aplicada a circunstâncias humanas distintas.

Nicodemos foi chamado ao novo nascimento.

O homem rico foi confrontado com seu apego aos bens materiais.

Zaqueu demonstrou sua conversão mediante a generosidade e a reparação das injustiças.

Em todos esses encontros, Cristo procurou transformar o ser humano.

A riqueza não é, por si só, prova de virtude ou de pecado. É necessário considerar como foi adquirida, de que maneira é administrada e quais consequências produz na vida pessoal e social.

Um empresário pode possuir recursos, gerar empregos, pagar salários justos, sustentar sua família e ajudar os necessitados. Assim também pode cometer injustiças caso se deixe dominar pela ganância.

Da mesma maneira, a pobreza material não representa inferioridade moral, nem garante automaticamente virtude espiritual.

Jesus não promoveu uma guerra entre classes sociais. Convocou todos à conversão, à justiça, à generosidade e ao amor ao próximo.

O verdadeiro problema não está simplesmente em possuir riquezas, mas em permitir que as riquezas possuam o coração humano.

3. A caridade cristã deve socorrer e promover a dignidade

A caridade é uma das maiores expressões do cristianismo. Contudo, ajudar o próximo não significa necessariamente torná-lo dependente de auxílio por toda a vida.

Quando uma pessoa enfrenta desemprego, fome, abandono ou dificuldades financeiras, a solidariedade deve oferecer o socorro necessário. Mas, quando suas condições permitem, é igualmente importante proporcionar oportunidades para que ela recupere sua independência.

Oferecer alimento a quem tem fome é um dever de humanidade. Oferecer educação, qualificação profissional e oportunidades de trabalho também é uma forma de caridade, pois permite que a pessoa construa seu próprio futuro.

Isso não significa abandonar aqueles que não conseguem trabalhar. Os idosos sem recursos suficientes, os enfermos, as pessoas com deficiência incapacitante e todos aqueles que se encontram impossibilitados de garantir sua subsistência devem receber proteção adequada da sociedade e do Estado.

Também não podemos confundir desemprego involuntário com falta de disposição para trabalhar.

A caridade cristã não deve humilhar quem recebe ajuda, nem transformar a necessidade humana em uma condição permanente quando existem meios de superá-la.

O ideal é que aquele que hoje necessita de auxílio possa, amanhã, quando tiver condições, tornar-se também alguém capaz de ajudar.

4. O Apóstolo Paulo e a responsabilidade pelo próprio sustento

O Apóstolo Paulo foi um dos maiores exemplos de compromisso entre a vida espiritual e o trabalho.

Embora exercesse uma intensa missão evangelizadora, também trabalhava para contribuir com seu sustento.

Na Segunda Epístola aos Tessalonicenses, encontramos uma orientação bastante conhecida:

“Se alguém não quer trabalhar, também não coma.” (2 Tessalonicenses 3,10)

Devemos observar cuidadosamente a expressão *não quer trabalhar*. O Apóstolo não se refere aos doentes, aos incapacitados ou àqueles que não encontram emprego. Sua advertência dirige-se àqueles que, podendo assumir responsabilidades, escolhem deliberadamente viver do esforço alheio.

Em Efésios 4,28, encontramos um ensinamento ainda mais completo: trabalhar honestamente para ter também o que repartir com os necessitados.

Esse princípio revela uma extraordinária compreensão da vida em sociedade. O trabalho não serve apenas ao sustento individual; pode também produzir recursos para sustentar a família e ajudar o próximo.

Desde o Gênesis, a tradição bíblica reconhece o esforço humano associado ao sustento da vida, como demonstra a expressão sobre ganhar o pão com o suor do rosto (Gênesis 3,19).

Entretanto, o trabalho não deve ser entendido como castigo ou instrumento de exploração. É também oportunidade de realização, participação social e colaboração com a obra da criação.

5. O empresário, o trabalhador e a construção da prosperidade

Em determinados discursos políticos, o empresário é apresentado como adversário dos pobres simplesmente porque possui maior capacidade econômica.

Essa visão é injusta quando generalizada.

O empresário que investe seus recursos, organiza uma atividade produtiva, assume riscos, cumpre suas obrigações tributárias e trabalhistas e gera empregos desempenha uma função relevante no desenvolvimento da sociedade.

São as empresas, os produtores rurais, os comerciantes, os profissionais autônomos e os empreendedores que sustentam uma parte essencial das atividades econômicas.

Também é necessário reconhecer que o trabalhador não é um simples beneficiário da generosidade empresarial. Seu esforço, sua competência e sua dedicação são essenciais para que a empresa produza, cresça e prospere.

Sem investimentos e organização empresarial, muitas oportunidades de emprego não existiriam. Sem trabalhadores, nenhuma empresa conseguiria realizar plenamente sua atividade.

A justiça exige reconhecer o valor de ambos.

O empresário merece respeito, segurança jurídica, condições adequadas para investir e uma tributação equilibrada. O trabalhador merece salário justo, condições dignas, proteção contra abusos e oportunidades de crescimento.

Uma carga tributária excessiva ou mal estruturada pode dificultar a atividade produtiva e a criação de empregos. Ao mesmo tempo, a arrecadação de impostos é necessária para financiar serviços públicos e assegurar a proteção social.

Também não se pode ignorar que existem empresários que exploram trabalhadores, assim como existem práticas desonestas em diferentes setores da sociedade. Tais condutas devem ser combatidas sem transformar todos os integrantes de uma categoria em culpados.

Não é justo condenar alguém por possuir riquezas honestamente adquiridas, assim como não é justo considerar o pobre inferior por não possuir recursos materiais.

A riqueza não é, por si só, virtude ou pecado. Seu valor moral depende também de como é adquirida, administrada e utilizada.

São João Crisóstomo, grande Padre da Igreja, insistia que os bens materiais deveriam ser administrados com responsabilidade diante das necessidades dos pobres. Sua pregação não autorizava o desprezo aos necessitados, mas convocava os que possuíam recursos à generosidade e à justiça.

O próprio exemplo de Zaqueu, apresentado anteriormente, demonstra que a conversão não pode ser separada da honestidade econômica e da reparação das injustiças.

O verdadeiro progresso exige reconhecer que empresários e trabalhadores não são inimigos naturais, mas participantes de uma atividade econômica cuja finalidade deve incluir o sustento, a prosperidade e o bem comum.

6. O Estado não deve transformar a pobreza em instrumento eleitoral

O Estado possui responsabilidades legítimas e indispensáveis na proteção social.

Os impostos são arrecadados para custear serviços, infraestrutura e políticas públicas destinadas ao conjunto da sociedade, com especial atenção àqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

Portanto, os benefícios sociais não são presentes pessoais de governantes. São instrumentos de políticas públicas, financiados por recursos coletivos e submetidos às leis.

Entretanto, existe um grave desvio quando agentes políticos procuram transformar essa assistência em dependência eleitoral, apresentando os recursos públicos como favores pessoais em troca de apoio.

O combate à pobreza não pode se limitar à distribuição de benefícios. Deve incluir educação de qualidade, saúde, segurança, formação profissional, incentivo ao empreendedorismo, investimentos e oportunidades reais de emprego.

Não se deve presumir que toda assistência prolongada seja fruto de manipulação política. Muitas famílias continuam necessitando de auxílio porque enfrentam dificuldades estruturais, baixos salários, falta de oportunidades ou responsabilidades de cuidado.

Mas também não podemos aceitar que a necessidade humana seja explorada politicamente.

O governante que verdadeiramente deseja servir aos pobres deve trabalhar para que tenham oportunidades de prosperar, e não depender indefinidamente de sua figura política.

Um programa social bem estruturado deve proteger as famílias e favorecer sua autonomia quando isso for possível, sem retirar injustamente o sustento daqueles que ainda necessitam de proteção.

O Estado existe para servir ao povo, não para transformar o povo em propriedade de seus governantes.

7. As ditaduras comunistas e a liberdade humana

Os regimes comunistas contemporâneos não devem ser confundidos com a comunhão vivida pelos primeiros cristãos.

Países como Cuba, China, Coreia do Norte, Vietnã e Laos possuem diferentes realidades econômicas e sociais, mas compartilham sistemas políticos de partido único, com importantes restrições ao pluralismo e às liberdades civis.

As experiências econômicas desses países não são idênticas. Algumas incorporaram amplamente empresas privadas e mecanismos de mercado, enquanto outras mantêm um controle estatal muito mais rígido.

Entretanto, a concentração política do poder e as limitações à oposição, à liberdade de expressão e, em diferentes graus, à liberdade religiosa merecem séria reflexão.

A mensagem de Cristo não pode ser reduzida a um sistema político ou econômico.

O cristianismo reconhece a liberdade de consciência, a responsabilidade moral e a dignidade da pessoa humana. Nenhum governo possui autoridade moral para transformar os cidadãos em instrumentos de sua própria perpetuação no poder.

Isso não significa que toda proposta de justiça social seja comunista, nem que toda política de assistência aos pobres represente uma ameaça à liberdade. A proteção dos vulneráveis é também um compromisso fundamental da tradição cristã.

Da mesma maneira, as ditaduras de direita ou de qualquer outra orientação devem ser condenadas quando perseguem opositores, restringem a liberdade religiosa ou violam direitos fundamentais.

O critério cristão não deve ser a ideologia do governante, mas sua conduta diante da dignidade humana, da justiça e da liberdade.

Nenhum partido político pode reivindicar para si o monopólio da caridade, da justiça social ou da defesa dos pobres.

Essas responsabilidades pertencem à consciência humana e devem orientar toda sociedade verdadeiramente civilizada.

8. A família, a vida e a continuidade da sociedade

A família possui importância fundamental na história da humanidade.

É no ambiente familiar que, em condições favoráveis, aprendemos as primeiras expressões de amor, respeito, responsabilidade, solidariedade e convivência social.

As famílias contribuíram decisivamente para o desenvolvimento das comunidades, a transmissão dos conhecimentos, a formação de profissionais, o trabalho, a cultura e a preservação dos valores humanos.

A tradição cristã reconhece no matrimônio, na geração e no cuidado da vida uma vocação profundamente ligada ao amor e à responsabilidade.

Em Gênesis 2,24 encontramos o fundamento bíblico da união matrimonial, enquanto Efésios 6,1-4 apresenta deveres recíprocos entre pais e filhos.

A defesa da família, porém, não deve significar desprezo por pessoas que vivem outras circunstâncias familiares. Viúvos, famílias monoparentais, pessoas solteiras e crianças sem proteção parental também merecem acolhimento e respeito.

A Igreja, fiel à sua tradição, também sustenta a dignidade da vida humana desde seu início e manifesta preocupação moral com o aborto. Essa posição deve ser apresentada com responsabilidade, reconhecendo igualmente a necessidade de amparar as gestantes, proteger a maternidade e acolher as mulheres que enfrentam situações difíceis.

Não seria historicamente rigoroso atribuir a todos os governos comunistas uma política idêntica sobre aborto e família. As legislações e práticas variam entre os países.

O princípio cristão permanece: defender a vida, proteger a família, amparar as crianças e promover condições dignas para que todas as pessoas possam desenvolver suas capacidades.

A humanidade se desenvolveu também graças às relações familiares, nas quais diferentes gerações transmitiram conhecimentos, cultivaram responsabilidades e aprenderam a contribuir para a continuidade da vida social.

Proteger a família não é apenas preservar uma tradição religiosa. É reconhecer sua contribuição para a formação de pessoas capazes de amar, trabalhar, educar e construir uma sociedade mais justa.

9. Nem exploração econômica, nem dependência política: a justiça para todos

O Evangelho não pode ser utilizado para justificar a exploração do trabalhador, assim como não deve servir de pretexto para condenar indiscriminadamente quem empreende, investe e produz riquezas honestamente.

Também não se pode defender a caridade enquanto se ignora a necessidade de oferecer oportunidades para que as pessoas construam sua independência.

O empresário deve cumprir suas obrigações e respeitar seus trabalhadores. O trabalhador deve exercer suas atividades com responsabilidade e honestidade. O Estado deve administrar corretamente os impostos, combater a corrupção, garantir os serviços essenciais e promover condições de desenvolvimento.

A sociedade deve proteger aqueles que não podem trabalhar e oferecer oportunidades àqueles que desejam trabalhar, mas enfrentam obstáculos.

São Basílio Magno, em suas homilias sobre a riqueza e a justiça, recordava aos cristãos que os bens materiais trazem consigo uma responsabilidade diante dos necessitados.

Essa tradição patrística não nos autoriza a desprezar o trabalho, a iniciativa econômica ou a propriedade. Recorda-nos, antes, que a prosperidade não deve produzir indiferença diante do sofrimento humano.

A autêntica fraternidade exige deveres recíprocos.

Não é justo que alguns sejam explorados para enriquecer outros. Também não é justo que a pobreza seja utilizada como instrumento de poder político.

Quando empresários, trabalhadores, famílias, instituições e governantes cumprem suas responsabilidades, a sociedade encontra melhores condições para prosperar.

O exemplo de Nicodemos ensina a necessidade da transformação interior. O homem rico recorda os perigos da escravidão aos bens materiais. Zaqueu demonstra que a verdadeira conversão produz justiça e generosidade.

Esses ensinamentos não autorizam o ódio social. Pelo contrário, convidam todos à responsabilidade moral e à colaboração fraterna.

10. A verdadeira comunhão cristã

A palavra *comunhão* expressa algo muito mais profundo do que qualquer organização econômica.

Comunhão significa participação, fraternidade, solidariedade e reconhecimento da dignidade comum.

A verdadeira comunhão não pretende que todos possuam exatamente os mesmos bens ou exerçam as mesmas funções. Reconhece que as pessoas possuem capacidades, vocações e responsabilidades diferentes, mas compartilham igual dignidade humana.

É injusto favorecer alguém simplesmente porque é rico. Também é injusto favorecer alguém politicamente porque é pobre.

O que deve prevalecer é a justiça.

Na comunidade cristã, o empresário não deve ser tratado como inimigo do trabalhador, nem o trabalhador como adversário do empresário. O pobre não deve ser utilizado como instrumento eleitoral, nem o governante considerado proprietário dos recursos públicos.

Todos devem contribuir segundo suas possibilidades e receber o respeito e a proteção que lhes são devidos.

Jesus Cristo apresentou o serviço como fundamento da verdadeira autoridade:

“O Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir.” (Marcos 10,45)

O governante existe para servir à sociedade. O empresário deve reconhecer sua responsabilidade social. O trabalhador contribui com seu esforço. A família educa e transmite valores. A Igreja anuncia o Evangelho e acolhe aqueles que sofrem.

Comunhão não é tirar de uns para favorecer arbitrariamente outros. É construir uma sociedade em que ninguém seja abandonado, ninguém seja explorado e todos tenham oportunidades de participar dignamente da vida comum.

A verdadeira comunhão não é a igualdade imposta pela força, mas a fraternidade construída pela justiça, pela liberdade, pela responsabilidade e pelo amor.

Conclusão — A fraternidade que liberta e promove o ser humano

O cristianismo apostólico não foi uma experiência de ditadura econômica ou política. Foi uma comunidade espiritual fundamentada na fé em Jesus Cristo, na partilha voluntária, no trabalho, na responsabilidade e no amor ao próximo.

Os Apóstolos compreenderam que a fraternidade não poderia existir onde houvesse indiferença diante da necessidade dos irmãos. Mas também ensinaram a importância do trabalho, da honestidade e da responsabilidade pessoal.

Os encontros de Jesus com Nicodemos, o homem rico e Zaqueu revelam que a transformação desejada por Cristo começa no coração humano e se manifesta concretamente na maneira como tratamos os outros e utilizamos aquilo que possuímos.

Cristo não condenou indiscriminadamente todos os que possuíam recursos materiais. Advertiu, entretanto, sobre os perigos da riqueza quando ela se transforma em ídolo, instrumento de exploração ou obstáculo ao amor.

A caridade deve socorrer os que sofrem. O Estado deve proteger aqueles que necessitam. Os empresários devem encontrar condições justas para investir e gerar empregos. Os trabalhadores devem receber remuneração digna e oportunidades de progresso.

A família deve ser protegida como uma das instituições fundamentais da sociedade, e aqueles que não podem trabalhar jamais devem ser abandonados.

Nenhuma ideologia, seja comunista, capitalista ou de qualquer outra orientação, deve ser colocada acima da dignidade humana.

O verdadeiro progresso acontece quando a prosperidade econômica caminha juntamente com a justiça, a liberdade e a solidariedade.

Não precisamos de uma sociedade que transforme os pobres em dependentes, os ricos em inimigos, os trabalhadores em explorados ou os governantes em senhores do povo. Precisamos de uma sociedade em que todos sejam respeitados e possam contribuir para o bem comum.

A pobreza deve ser combatida, não explorada. A riqueza honestamente conquistada deve ser respeitada, não idolatrada. O trabalho deve ser valorizado, não explorado. A assistência social deve proteger e, sempre que possível, promover a autonomia.

Essa é a grande diferença entre uma sociedade construída sobre a disputa permanente pelo poder e uma comunidade inspirada no Evangelho.

A verdadeira comunhão cristã não consiste em fazer todos dependerem de alguém, mas em ensinar todos a viverem como irmãos, para que ninguém seja abandonado e cada pessoa, segundo suas possibilidades, possa contribuir para o bem dos demais.

É nesse espírito que podemos compreender a afirmação de São Paulo:

“Levai as cargas uns dos outros e assim cumprireis a lei de Cristo.” (Gálatas 6,2)

A verdadeira comunhão não pertence à direita nem à esquerda. Pertence à consciência humana iluminada pela justiça, pela liberdade e pelo amor.

Porque onde existe justiça sem exploração, liberdade com responsabilidade e solidariedade sem interesses políticos, ali pode florescer a verdadeira comunhão cristã.

Não se constrói uma sociedade verdadeiramente justa promovendo o ódio entre pobres e ricos, nem transformando a assistência social em instrumento de poder. A justiça nasce quando a dignidade de todos é respeitada, o trabalho é valorizado, a prosperidade é acompanhada de responsabilidade e os necessitados encontram acolhimento e oportunidades.

Essa é a comunhão que o Evangelho nos convida a construir.

Referências bíblicas e documentais

Sagradas Escrituras

- Gênesis 2,24; 3,19 — A família, o trabalho e a responsabilidade humana.
- Mateus 19,16-26; Marcos 10,17-27; Lucas 18,18-27 — Jesus e o homem rico.
- Marcos 10,45 — A autoridade como serviço.
- Lucas 19,1-10 — A conversão de Zaqueu.
- João 3,1-21 — Jesus e Nicodemos.
- João 19,38-42 — Nicodemos e o sepultamento de Jesus.
- Atos 2,44-45; 4,32-35; 5,4 — A partilha e a comunhão apostólica.
- Gálatas 6,2 — A responsabilidade de levar as cargas uns dos outros.
- Efésios 4,28; 6,1-4 — O trabalho, a partilha e a família.
- 2 Tessalonicenses 3,10-12 — A responsabilidade pelo próprio sustento.

Referências patrísticas

- São João Crisóstomo — *Homilias sobre Lázaro e o Rico*.
- São Basílio Magno — *Homilia aos Ricos* e *Destruirei os Meus Celeiros*.

Referências sociais e documentais

- Organização Internacional do Trabalho — *World Employment and Social Outlook 2017: Sustainable Enterprises and Jobs*.
- Freedom House — *Freedom in the World 2026*, relatórios nacionais sobre direitos políticos e liberdades civis.